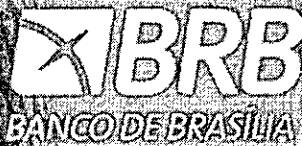


**Conformidade
Resolução
4.193/13 Bacen**

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



Gerenciamento de Riscos e Capital

Pilar III

4T2020

Aprovado em 26 de março de 2021, na 952ª
Reunião do Conselho de Administração.

1
C
G

Índice

1 – Apresentação	3
1.1. Perfil Corporativo.....	3
1.2. Gerenciamento de riscos durante a pandemia	4
1.3. Ações adotadas frente à pandemia do Covid-19	4
2 – Gerenciamento de Riscos	4
2.1. Principais Indicadores	4
2.2. Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais – KM1.....	5
2.3. Visão Geral do Gerenciamento de Riscos da Instituição – OVA.....	6
2.4. Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA) – OV1	12
2.5. Principais Características dos Instrumentos do Patrimônio de Referência PR – CCA.....	12
2.6. Composição do Patrimônio de Referência PR – CC1	13
2.7. Conciliação do Patrimônio de Referência PR com o Balanço Patrimonial – CC2	15
2.8. Informações Qualitativas Sobre o Gerenciamento do Risco de Liquidez – LIQA	16
2.9. Informações Qualitativas Sobre o Gerenciamento do Risco de Crédito – CRA.....	19
2.10. Qualidade Creditícia das Exposições - CR1.....	21
2.11. Mudanças no Estoque de Operações em Curso Anormal – CR2	21
2.12. Informações Adicionais Sobre a Qualidade Creditícia das Exposições – CRB	21
2.13. Informações Qualitativas Sobre o Gerenciamento do Risco de Crédito de Contraparte – CCRA.....	23
2.14. Informações Qualitativas Sobre o Gerenciamento de Risco de Mercado – MRA.....	24
2.15. Abordagem padronizada – fatores de risco associados ao Risco de Mercado – MR1	26
2.16. Objetivos e Políticas para o Gerenciamento do IRRBB – IRRBBA.....	26
2.17. Informações Qualitativas Sobre o IRRBB – IRRBB1	30

1 – Apresentação

O presente documento apresenta as informações do BRB – Banco de Brasília S.A., exigidas pelo Banco Central do Brasil – Bacen, por meio Resolução n.º 54, de 16 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a divulgação do Relatório de Pilar III e dos conteúdos relevantes sobre a Gestão de Riscos e Capital, a apuração do Patrimônio de Referência (PR), do montante dos Ativos Ponderados pelos Riscos (RWA), dos indicadores prudenciais e macroprudenciais, do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB) e da comparação entre as informações contábeis e prudenciais.

As informações possuem detalhamento adequado ao escopo requerido pelo Banco Central, bem como estão aderentes aos processos realizados na gestão de riscos adotados nessa instituição. Essas informações são organizadas em tabelas divididas de acordo com as periodicidades de divulgação – trimestrais, semestrais e anuais –, conforme estabelecido pelo Bacen.

- No 1º trimestre do ano, são divulgadas as tabelas trimestrais;
- No 2º trimestre do ano, são divulgadas as tabelas trimestrais e semestrais;
- No 3º trimestre do ano, são divulgadas as tabelas trimestrais;
- No 4º trimestre do ano, são divulgadas todas as tabelas.

As informações do Relatório de Pilar III são disponibilizadas no site público do BRB www.ri.brb.com.br e também na forma de dados abertos, disponíveis na página www.dadosabertos.bcb.gov.br do Banco Central do Brasil.

A divulgação exigida para o BRB, referente ao 4º trimestre de 2020, enquanto instituição do Segmento 3 (S3), contempla as seguintes tabelas de referência KM1, OVA, OV1, CCA, CC1, CC2, LIQA, CRA, CR1, CR2, CRB, CCRA, MRA, MR1, IRRBA e IRRB1.

1.1. Perfil Corporativo

O BRB é um banco múltiplo, constituído sob a forma de sociedade de economia mista, cujo capital social é dividido em ações na seguinte proporção: 80,33% do Distrito Federal, 16,52% do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF e 3,15% destinadas à livre negociação no mercado (*free float*).

Em mais de 54 anos de existência, o BRB se destaca pela força da carteira comercial, que, em conjunto com a carteira imobiliária e rural, contribui para a promoção do desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal e regiões de influência. Seu Conglomerado é formado pelas empresas coligadas e controladas pelo Banco de Brasília S.A.

Atualmente, o Banco de Brasília S.A. é o único banco público estadual da Região Centro-Oeste e atua como protagonista no crescimento econômico e no desenvolvimento sustentável do Distrito Federal e regiões de influência (RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno).

Como agente financeiro do Governo do Distrito Federal – GDF, busca sempre ser reconhecido como referência na operacionalização, execução e disseminação das políticas públicas, agregando valor à Instituição e contribuindo para sua perenidade, além de assegurar a sustentabilidade dos negócios.

Com mais de 700 mil clientes e uma rede de atendimento ampla, o BRB tem priorizado projetos e investimentos que proporcionem aos seus clientes uma melhor experiência de atendimento, oferecendo produtos e serviços completos e soluções inovadoras.

1.2. Gerenciamento de riscos durante a pandemia

O Conglomerado BRB tem monitorado possíveis impactos da disseminação do Coronavírus desde o início da pandemia. A Superintendência de Riscos Corporativos monitora os efeitos produzidos sobre o capital e os riscos incorridos e está preparada para indicar a necessidade de acionamento de medidas contingenciais cabíveis que visem preservar a liquidez e a solvência do BRB.

São realizadas avaliações periódicas, em que se consideram os efeitos da Crise do Covid-19 na liquidez diária e na projeção dos resultados, bem como cenários adversos com efeitos na liquidez e no capital, com o encaminhado dos respectivos reportes à diretoria executiva do BRB.

Os normativos publicados pelo BCB que possuam objetivo de suavizar os efeitos do estresse provocado pelo COVID-19 sobre a economia real e o Sistema Financeiro Nacional – SFN, também são monitorados a fim de identificar os respectivos impactos imediatos na liberação de capital, ampliação e direcionamento da liquidez.

1.3. Ações adotadas frente à pandemia do Covid-19

Com o objetivo de minimizar os impactos financeiros e econômicos decorrentes da pandemia da Covid-19, o BRB estabeleceu o programa denominado Supera-DF, tendo como principais eixos de atuação os cuidados com a saúde, a proteção e suporte social e o estímulo econômico, exerceu um importante papel na reativação da economia do Distrito Federal.

O Supera-DF movimentou cerca de R\$ 4,4 bilhões, quatro vezes mais recursos do que o valor previsto inicialmente, atendeu mais de 4,6 mil clientes Pessoa Jurídica e mais de 32 mil clientes Pessoa Física, promovendo o desenvolvimento econômico e social em um momento em que o papel de banco público faz a diferença na vida da população do DF.

O BRB implementou, ainda, o trabalho remoto para 70% dos empregados da Direção Geral e 20% dos lotados na rede de atendimento, objetivando a proteção de seus empregados e clientes.

De forma adicional, o BRB ampliou o atendimento digital à sua base de clientes por meio do BRBChat, resultando em 111.000 clientes com acesso à ferramenta em 2020, corresponde a um aumento significativo quando comparado ao total de 3.700 clientes verificados em 2019.

2 – Gerenciamento de Riscos

2.1. Principais Indicadores

Serão apresentados, a seguir, os principais indicadores apurados no 4º trimestre de 2020, em comparação com os valores apurados no trimestre anterior:

Índice de Basileia	Índice de Nível I	Índice de Capital Principal	Razão de Alavancagem
14,62%	13,18 %	12,82 %	6,22 %
Set/2020: 14,07 %	Set/2020: 13,39 %	Set/2020: 13,37 %	Set/2020: 7,12 %
Patrimônio de Referência	Capital de Nível I	Capital Principal	Capital de Nível II
2.007 milhões	1.809 milhões	1.760 milhões	198 milhões
Set/2020: 1.791 mm	Set/2020: 1.704 mm	Set/2020: 1.701 mm	Set/2020: 86 mm
RWA	RWA_{CPAD} Risco de Crédito	RWA_{MPAD} Risco de Mercado	RWA_{OPAD} Risco Operacional
13.725 milhões	12.843 milhões	14,5 milhões	868 milhões
Set/2020: 12.727 mm	Set/2020: 11.832 mm	Set/2020: 27 mm	Set/2020: 868 mm

2.2. Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais – KM1

Em 31 de dezembro de 2020, o Patrimônio de Referência alcançou o valor de R\$ 2.007 milhões, sendo R\$ 1.809 milhões referentes ao Nível I e R\$ 198 milhões referentes ao Nível II, se mantendo dentro da capacidade de fazer frente aos riscos, conforme evidenciado pelo Índice de Basileia registrado de 14,62%, acima do marco regulatório de 9,25%.

A seguir, apresentamos a tabela com as principais informações dos requerimentos prudenciais:

Informação	Quantitativas sobre os Requerimentos Prudenciais - (KM1)				
	a	b	c	d	E
Em R\$ milhões	dez-20	set-20	jun-20	mar-20	dez-19
Capital Regulamentar – valores					
1 Capital Principal	1.760	1.701	1.672	1.527	1.495
2 Nível I	1.809	1.704	1.672	1.527	1.495
3 Patrimônio de Referência (PR)	2.007	1.791	1.783	1.688	1.668
3b Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente					
3c Destaque do PR					
Ativos ponderados pelo risco (RWA) – valores					
4 RWA total	13.725	12.727	11.963	11.043	10.233
Capital regulamentar como proporção do RWA					
5 Índice de Capital Principal (ICP)	12,82%	13,37%	13,98%	13,83%	14,61%
6 Índice de Nível I (%)	13,18%	13,39%	13,98%	13,83%	14,61%
7 Índice de Basileia	14,62%	14,07%	14,90%	15,29%	16,30%
Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA					
8 Adicional de Conservação de Capital Principal - ACPConservação (%)	1,25%	1,25%	1,25%	2,50%	2,50%
9 Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACPContracíclico (%)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
10 Adicional de Importância Sistemática de Capital Principal - ACPSistêmico (%)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
11 ACP total (%)	1,25%	1,25%	1,25%	2,50%	2,50%
12 Margem excedente de Capital Principal (%)	7,07%	7,62%	8,23%	6,83%	7,61%
Razão de Alavancagem (RA)					
13 Exposição total	29.090	23.941	21.356	19.377	18.491

14	RA (%)	6,22%	7,12%	7,83%	7,88%	8,08%
Indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)						
15	Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
16	Total de saídas líquidas de caixa	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
17	LCR (%)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR)						
18	Recursos estáveis disponíveis (ASF)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
19	Recursos estáveis requeridos (RSF)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
20	NSFR (%)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Tabela 1 – KM1

Na comparação com o trimestre anterior (set/2020), o Patrimônio de Referência apresentou aumento de aproximadamente 12,08% (R\$ 216 milhões), em função do resultado operacional e da composição no capital de nível I e nível II, de saldo referente a novas emissões de Letras Financeiras Subordinadas – LFS.

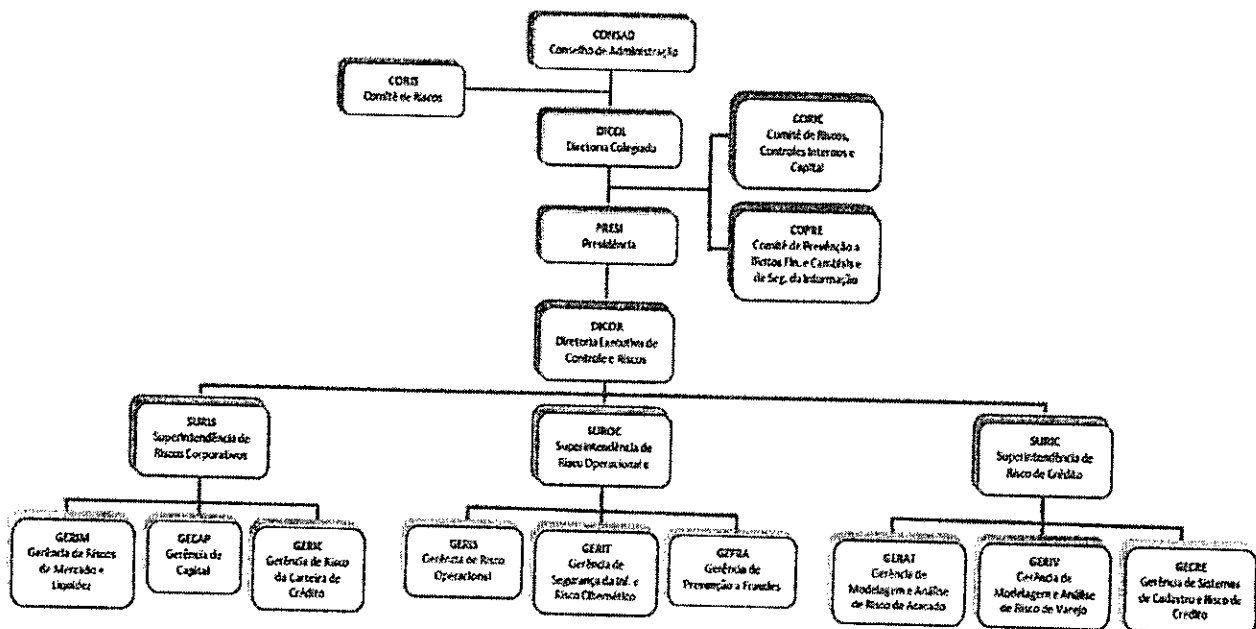
Em relação ao mesmo período do ano anterior (dez/2019), o Patrimônio de Referência apresentou crescimento de aproximadamente 20,36% (R\$ 339 milhões), em razão principalmente do resultado operacional no período, benefícios fiscais e da redução de despesas com IR e CSLL, realização de créditos tributários e emissão de LFS.

O Índice de Basileia, em 31 de dezembro de 2020, foi de 14,62%, registrando um aumento de 0,55 p.p. em relação a 30 de setembro de 2020, impulsionado pela emissão de Letras Financeiras Subordinadas e pelo resultado operacional no período.

2.3. Visão Geral do Gerenciamento de Riscos da Instituição – OVA

a) Estrutura e Riscos Relevantes

Com o intuito de garantir a efetividade da gestão dos riscos e do capital, a organização estrutural contempla uma atuação com partilhada de responsabilidades e controles, em que todos os envolvidos devem acompanhar a conformidade de seus processos, estabelecendo e praticando controles internos que minimizem os riscos e corrijam as deficiências.



A estrutura de gerenciamento de riscos e de capital do BRB está alinhada ao disposto na Resolução CMN nº 4.557/2017, tendo em vista que, a partir do segundo semestre de 2017, a Instituição realizou ações necessárias para a devida adequação à norma. Destacam-se, dentre elas, a elaboração da Declaração de Apetite por Riscos – RAS e do Programa de Testes de Estresse – PTE, a alteração e a criação de comitês para atender as singularidades do normativo, a confecção de relatórios específicos com informações macro dos riscos mais relevantes e de capital para reporte tempestivo à Alta Administração e aos Comitês Consultivos, adequação das estruturas de riscos quanto ao número de gerências e quantidade de especialistas, e estabelecimento de um programa de aculturação de riscos.

Com o intuito de garantir a efetividade da gestão integrada dos riscos e do capital, o Banco de Brasília – BRB estabelece condições de organização, funcionamento, procedimentos e mecanismos de supervisão e mitigação de riscos.

A Diretoria Executiva de Controle e Riscos – DICOR promove e viabiliza o controle de riscos e a alocação de capital. Destaca-se, nesta estrutura, a Superintendência de Riscos Corporativos – SURIS que utiliza práticas consistentes, transparentes e integradas para calcular, monitorar e acompanhar os níveis de apetite e tolerância a riscos.

Outro destaque da estrutura, é a Superintendência de Risco Operacional e Cibernético – SUROC, que trata do planejamento e controle dos riscos não financeiros (risco operacional, risco socioambiental, risco reputacional, de imagem, cibernético e prevenção a fraudes). A SUROC promove e viabiliza o controle destes riscos, bem como dispõe de mecanismos para disseminação da cultura de segurança cibernética na Instituição, com vistas a assegurar a implementação e a efetividade da Política de Segurança Cibernética, dos planos de ação, de resposta a incidentes e ainda garante o atendimento às normas e regulações inerentes à segurança da informação.

Apetite por Riscos – RAS

Por intermédio de sua Declaração de Apetite por Riscos – RAS, o Conglomerado BRB reforça e dissemina a cultura de riscos da Instituição, direcionando os planos estratégicos e de negócios e possibilitando aos seus colaboradores o conhecimento dos principais aspectos do apetite e da tolerância a riscos.

A Declaração de Apetite por Riscos do BRB em vigor direciona a estratégia de negócios e estabelece os níveis de riscos aos quais o Banco e as demais instituições integrantes do Conglomerado Prudencial admitem estar expostos. A RAS é monitorada permanentemente e revisada anualmente, ou sempre que necessário, pelo Conselho de Administração.

Riscos Relevantes

A Instituição, diante da complexidade e variedade de produtos e serviços oferecidos aos seus clientes em todos os segmentos de mercado, está exposta a diversos tipos de riscos, sejam eles decorrentes de fatores internos ou externos. Portanto, é imprescindível a adoção de um monitoramento constante de todos os riscos de forma a dar segurança a todas as partes interessadas. Dentre os principais tipos de riscos, destacamos:

- Risco de Crédito
- Risco de Mercado
- Risco de variação das taxas de juros para os instrumentos da carteira bancária (IRRBB)
- Risco Operacional

- Risco de Liquidez
- Risco Socioambiental
- Risco Cibernético

b) Governança e Gerenciamento de riscos

A governança corporativa da Instituição, pautada nas melhores práticas de mercado, gerencia os seus riscos institucionais e o seu capital por meio de decisões colegiadas, amparadas em Comitês Estatutários e Executivos específicos, que contam com a participação de membros da Alta Administração.

Cabe destacar que, em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/2017, foi aprovada a criação do Comitê de Riscos – CORIS, que tem como objetivo avaliar os níveis de apetite por riscos fixados na RAS e as estratégias para o seu gerenciamento, considerando os riscos individualmente e de forma integrada, bem como supervisionar a atuação e o desempenho do Diretor Executivo responsável pelo Gerenciamento de Riscos (CRO) no âmbito do BRB, suas Subsidiárias, Controladas e Coligadas. O Comitê é composto por 03 (três) membros efetivos, sendo o coordenador membro independente. Os membros do Comitê de Riscos são eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, com mandato de 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Principais Atribuições:

Conselho de Administração	<input checked="" type="checkbox"/>	Aprova e revisa as estruturas e políticas de gerenciamento integrado de riscos e de capital, o Programa de Testes de Estresse, o plano de contingência de liquidez, o plano de capital, o plano de contingência de capital e as políticas para a gestão de continuidade de negócios. Fixa os níveis de apetite por risco da instituição na RAS e os revisa, com o auxílio do comitê de riscos, da diretoria e do CRO. Assegura a aderência da instituição às políticas, às estratégias e aos limites de gerenciamento de riscos, bem como aprova a correção tempestiva das deficiências da estrutura de gerenciamento de riscos e de capital. Autoriza, quando necessário, exceções às políticas, aos procedimentos, aos limites e aos níveis de apetite por riscos.
Diretoria Colegiada	<input checked="" type="checkbox"/>	Delibera sobre matérias pertinentes aos resultados, aos pareceres e às atribuições de gestão de riscos, de gerenciamento de capital, de controles internos, de estados de conformidade e de prevenção a ilícitos financeiros. Aprova o modelo de atuação das áreas de riscos e de controles internos para o Conglomerado Prudencial. Garante que os processos de controle do Gerenciamento de Capital, a tolerância a riscos e os limites estabelecidos sejam considerados em todo o Conglomerado BRB e conduz, em conformidade com as políticas e estratégias para o gerenciamento de riscos, as atividades que impliquem a assunção desses.
Comitê de Riscos	<input checked="" type="checkbox"/>	Assessorar o Conselho de Administração no que concerne ao exercício de suas funções relativas à Gestão de Risco e de Capital, de forma unificada, para as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial. Avalia os níveis de apetite por riscos fixados na RAS e as estratégias para o seu gerenciamento, considerando os riscos individualmente e de forma integrada. Supervisiona a atuação e o desempenho do Diretor responsável pelo Gerenciamento de Riscos (CRO) no âmbito do BRB, suas Subsidiárias, Controladas e Coligadas.

<p>Comitê de Riscos, Controles Internos e Capital</p>	<input type="checkbox"/>	<p>Coordenado pela Presidência do BRB. Estabelece as normas e procedimentos para monitoração dos indicadores chave de riscos (KRI) corporativos, aprova os modelos e metodologias de gerenciamento dos riscos corporativos, dos controles internos e de planejamento de capital, avalia relatórios periódicos a respeito das matérias de sua competência e leva ao conhecimento da Diretoria Colegiada, mede e avalia o desempenho das medidas e estratégias de gerenciamento de riscos, controles internos e capital, monitora o cumprimento das políticas de gerenciamento de riscos, controles internos e capital, manifesta sobre a Declaração de Apetite por Riscos – RAS e reporta à Diretoria Colegiada e ao Comitê de Riscos suas considerações.</p>
<p>Comitê de Auditoria</p>	<input type="checkbox"/>	<p>Avaliar e monitorar exposições de risco do BRB – Banco de Brasília S.A. e de suas Subsidiárias e Controladas, podendo requerer, entre outras, informações detalhadas sobre políticas e procedimentos referentes a remuneração da administração, utilização de ativos e gastos incorridos em nome do Conglomerado BRB.</p>
<p>Comitê de Prevenção a Ilícitos Financeiros e Cambiais e de Segurança da Informação</p>	<input type="checkbox"/>	<p>Define as políticas, diretrizes e ações de Prevenção à Fraudes, Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo e Segurança da informação, Segurança de Pessoas e Patrimônio, Gestão de Continuidade de Negócios e Gestão Documental. Delibera por medidas e procedimentos de proteção ao sigilo bancário, à segurança de tecnologia da informação e combate a ilícitos financeiros que afetem os canais de atendimento disponibilizados pelo BRB. Cumpre e faz cumprir o Regimento Interno do Comitê. Apresenta sugestões, indicações e propostas a serem consignadas em ata. Propõe, mediante justificativa, sobrestamento de decisões sobre matérias em exame. Representar o Comitê nos atos em que seja requerida a participação do Colegiado. Garante a revisão do Regimento Interno do Comitê, no mínimo anualmente, evidenciando o fato mediante registro em Ata de Reunião.</p>
<p>Diretor para Gerenciamento de Riscos (CRO – Chief Risk Officer)</p>	<input type="checkbox"/>	<p>Supervisiona o desenvolvimento, a implementação e o desempenho da estrutura de gerenciamento de riscos, incluindo seu aperfeiçoamento. Responsável pela adequação à RAS e aos objetivos e estratégicos das políticas, dos processos, dos relatórios, dos sistemas e dos modelos utilizados no gerenciamento de riscos. Responsável pela adequada capacitação dos integrantes da unidade específica, acerca das políticas, dos processos, dos relatórios, dos sistemas e dos modelos da estrutura de gerenciamento de riscos, mesmo que desenvolvidos por terceiros. Subsidiaria e participa do processo de tomada de decisões estratégicas relacionadas ao gerenciamento de riscos e, quando aplicável, ao gerenciamento de capital, auxiliando o conselho de administração.</p>

c) Disseminação da cultura de riscos

Em consonância com as melhores práticas de governança corporativa e aculturação, o BRB conta com disseminação de conteúdo relacionado ao risco e ao capital, para todo o corpo funcional, por meio de treinamentos e da intranet, além de estabelecer, de forma obrigatória, certificações internas em gestão de riscos, controles internos e conformidade a todos os empregados.

d) Escopo e Principais Características

O escopo do gerenciamento de riscos do BRB compreende uma abordagem consolidada, possibilitando que o Processo Corporativo de Gerenciamento de Riscos possa suportar todos os riscos do Conglomerado, objetivando assegurar o desenvolvimento das atividades relacionadas.

Nesse contexto, a RAS, documento estratégico para a definição do apetite ao risco da Organização, desempenha o papel de balizador para o planejamento da estratégia de negócios, conduzindo o alinhamento

entre orçamento e capital, objetivando uma alocação sustentável e otimizada, de acordo com a capacidade da Instituição de assunção a riscos e de seus objetivos estratégicos.

A RAS é aplicada de forma a estabelecer limites de exposição aceitos de acordo com os impactos previstos no capital do Conglomerado Prudencial, conceito este estendido a todas as empresas controladas pelo BRB, considerando suas respectivas especificidades relacionadas à natureza de atuação.

e) Processo de Reporte

A área responsável pelo controle dos riscos e pelo gerenciamento do capital, disponibiliza à Alta Administração, por meio de boletins e relatórios gerenciais consolidados e periódicos, informações relacionadas ao acompanhamento dos riscos e do capital, com o objetivo de posicioná-los quanto ao comportamento e evolução dos principais indicadores de risco e do gerenciamento de capital.

f) Programa de Testes de Estresse – PTE

O Programa de Testes de Estresse é um conjunto coordenado de processos e rotinas, dotado de metodologias, documentação e governança próprias, com o objetivo principal de identificar potenciais vulnerabilidades da instituição.

A Resolução CMN nº 4.557/2011, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital (GIR), apresenta três possíveis metodologias para realização dos testes de estresse, quais sejam: a) análise de sensibilidade; b) análise de cenários; c) teste de estresse reverso.

O BRB realiza análises de sensibilidade e também análises de cenários considerando ativos problemáticos, inadimplência, alavancagem das carteiras, aumento das taxas de juros, flutuações no passivo atuarial, flutuações em saques e depósitos e cenários integrados que possam refletir em todos os riscos.

Os testes são aplicados trimestralmente e submetidos à Alta Administração, além de serem considerados na revisão das Políticas, da RAS e do Plano de Capital.

g) Processo de Mitigação

Por meio da RAS são estabelecidos os parâmetros norteadores que devem ser observados para mitigar o risco de deslocamento quanto aos indicadores e metas estabelecidos pela Instituição, de modo a assegurar o vigor da estrutura de capital.

O monitoramento dos principais indicadores é realizado de forma sistemática, possibilitando a recomendação de medidas e procedimentos corretivos para eventuais deficiências identificadas.

A Superintendência de Risco Corporativos – SURIS é uma das unidades executoras da Política de Gerenciamento Integrado de Riscos e de Capital, gerenciando os mecanismos de mitigação de risco da instituição, com o objetivo de manter a exposição ao risco em níveis considerados aceitáveis. A SURIS propõe as métricas de controle dos riscos, calcula e divulga os indicadores nas periodicidades estabelecidas, monitora e controla o cumprimento dos limites definidos na RAS, realiza simulações dos principais indicadores implementados e comunica os assuntos relacionados nas instâncias colegiadas onde o tema é abordado.

A Superintendência de Controle Institucional, por sua vez, realiza a validação independente dos modelos de mensuração do risco, a fim de garantir a consistência das premissas, das bases de dados utilizadas e dos resultados obtidos, que são, também, monitorados posteriormente quanto ao desempenho esperado, controlando adequadamente o risco dos modelos.

A Auditoria Interna analisa, periodicamente, a efetividade de todo o processo de gerenciamento de riscos incorridos pelo BRB.

Nesse contexto, o BRB demonstra que, mesmo em cenários severos, dispõe de estratégias com capacidade de geração dos recursos necessários para garantir a sustentabilidade de atividades críticas e serviços essenciais ao seu portfólio de clientes.

h) Gerenciamento de Capital

Em conformidade com o que descreve o art. 41 da Resolução CMN nº 4.557/2017, o Plano de Capital do BRB, alinhado ao Planejamento Estratégico da Instituição, contempla as metas e projeções de capital, as principais fontes de capital, além de considerar: as ameaças e oportunidades relativas ao ambiente econômico e de negócios; as projeções dos valores dos ativos e passivos, das operações não contabilizadas no balanço patrimonial, bem como das receitas e despesas; as metas de crescimento ou de participação no mercado; a política de distribuição de resultados; e os termos da RAS.

Seu objetivo principal é assegurar a existência de capital regulamentar em volume suficiente para cobertura dos riscos idiossincráticos e sistêmicos oriundos das atividades planejadas para o período e apresentar projeções dos requerimentos mínimos com base nas expectativas orçamentárias e planejamento estratégico, fornecendo perspectivas futuras de alocação de capital, bem como de situações potenciais para acionamento de alerta e contingência, as quais exigem ações específicas, também apresentadas no plano, a serem decididas em nível de diretoria e distribuídas às respectivas áreas competentes para avaliação de viabilidade e execução.

A Alta Administração estabeleceu como medida de prudência e controle da suficiência de seu Capital a adoção de margem de segurança mínima para os Índices de Basileia, Capital Principal e de Nível I, bem como para margem sobre o PR considerando o IRRBB e o ACP, valores estes acima do mínimo regulamentar estabelecido pelo BACEN. Esses limites são os gatilhos para acionamento dos estados de alerta e de contingência de capital.

As projeções demonstram um crescimento nos valores do Patrimônio de Referência, considerando os ajustes prudenciais descritos na Resolução CMN nº 4.192/2013, e crescimento dos valores do montante dos Ativos Ponderados pelos Riscos (RWA). O Conglomerado Prudencial previsto na Resolução CMN nº 4.280/2013 está contemplado nas projeções.

Com relação ao Índice de Imobilização, que indica o percentual de comprometimento do PR com o ativo permanente imobilizado. O BRB está enquadrado no limite máximo de 50% do Patrimônio de Referência Ajustado, fixado pelo BACEN.

2.4. Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA) – OV1

Em dezembro de 2020, o Montante dos Ativos Ponderados pelo Risco – RWA atingiu o valor de R\$ 13,7 bilhões, com destaque para a parcela de risco de crédito, que registrou o valor de R\$ 12,8 bilhões, representando 93,58% do total do RWA. A parcela de risco de mercado foi de R\$ 14,5 milhões e a de risco operacional R\$ 868 milhões.

Visão geral dos ativos ponderados pelo risco RWA - (OV1)		RWA		Requerimento mínimo de PR
		a	b	c
Em R\$ milhões		dez-20	set-20	dez-20
0	Risco de Crédito - tratamento mediante abordagem padronizada	12.843	11.832	1.027
2	Risco de crédito em sentido estrito	12.355	11.382	988
6	Risco de crédito de contraparte (CCR)	5	2	0
7	Do qual: mediante abordagem padronizada para risco de crédito de contraparte (SA-CCR)	-	-	-
7a	Do qual: mediante uso da abordagem CEM	-	-	-
9	Do qual: mediante demais abordagens	5	2	0
10	Acréscimo relativo ao ajuste associado à variação do valor dos derivativos em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte (CVA)	-	-	-
12	Cotas de fundos consolidados - ativos subjacentes identificados	34	10	3
13	Cotas de fundos consolidados - ativos subjacentes inferidos conforme regulamento do fundo	-	-	-
14	Cotas de fundos consolidados - ativos subjacentes não identificados	-	-	-
16	Exposições de securitização - requerimento calculado mediante abordagem padronizada	-	-	-
25	Valores referentes às exposições não deduzidas no cálculo do PR	449	439	36
20	Risco de Mercado	15	27	1
21	Do qual: requerimento calculado mediante abordagem padronizada (RWA _{MPAD})	15	27	1
22	Do qual: requerimento calculado mediante modelo interno (RWA _{MINT})	-	-	-
24	Risco Operacional	868	863	69
27	Total (2+6+10+12+14+16+25+20+24)	13.725	12.727	1.098

Tabela 2 – OV1

Na comparação com o trimestre anterior (set/2020), o RWA apresentou aumento de 7,84% (R\$ 997 milhões). Esse movimento decorreu do crescimento da parcela RWA_{CPAD} em aproximadamente 8,54% (R\$ 1.010 milhões), apesar da redução registrada na parcela RWA_{MPAD} de 47,10% (R\$ 13 milhões).

Em relação ao mesmo período do ano passado (dez/2019), o RWA apresentou crescimento de aproximadamente 34,12% (R\$ 3.491 milhões), em razão principal do expressivo aumento de 37,81% da parcela RWA_{CPAD}.

2.5. Principais Características dos Instrumentos do Patrimônio de Referência PR – CCA

A tabela contendo as principais características dos instrumentos que compõem o Patrimônio de Referência (PR) – Nível II do Conglomerado BRB, está disponível na página do BRB, no endereço eletrônico <http://ri.brb.com.br/governanca-corporativa/relatorio-de-gestao-de-risco/> e em formato de dados abertos no endereço www.dadosabertos.bcb.gov.br do Banco Central do Brasil – BCB.

2.6. Composição do Patrimônio de Referência PR – CC1

Composição do Patrimônio de Referência (PR)		a	dez/20
Em R\$ milhões			b
Capital Principal: instrumentos de reservas		Valor (R\$ mil)	Referência no Balanço do Conglomerado
1	Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal	1.300.000.000	a
2	Reservas de lucros	881.913.095	b
3	Outras receitas e outras reservas	(203.977.565)	c/d
5	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias e elegíveis ao Capital Principal do conglomerado	164.935.418	e
6	Capital Principal antes dos ajustes prudenciais	2.142.870.948	
Capital Principal: ajustes prudenciais			
7	Ajustes prudenciais relativos a apreçamentos de instrumentos financeiros (PVA)	-	
8	Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	-	
9	Ativos Intangíveis	180.777.153	f/g
10	Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e os originados dessa contribuição relativos a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998	934.341	h
11	Ajustes relativos ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos que não tenham seus ajustes de marcação a mercado registrados contabilmente		
15	Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefícios definidos		
16	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Principal adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética		
17	Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Capital Principal		
18	Valor total das deduções relativas às participações líquidas não significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar		
19	Valor total das deduções relativas às participações líquidas significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, que exceda 10% do valor do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas	164.935.418	
21	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, acima do limite de 10% do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas		
22	Valor que excede a 15% do Capital Principal	36.681.221	
23	do qual: oriundo de participações líquidas significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar		
25	do qual: oriundo de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização	36.681.221	
26	Ativos regulatórios nacionais		
26a	Ativos permanentes diferidos		
26b	Investimentos em dependência, instituição financeira controlada no exterior ou entidade não financeira que componha o conglomerado, em relação às quais o Banco Central do Brasil não tenha acesso a informações, dados e documentos		
26d	Aumento de capital social não autorizado		
26e	Excedente ao valor ajustado de Capital Principal		
26f	Depósito para suprir deficiência de capital		



26g	Montante dos ativos intangíveis constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013		
26h	Excesso dos recursos aplicados no Ativo Permanente		
26i	Destaque do PR		
26j	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Principal para fins regulatórios		
27	Ajustes regulatórios aplicados ao capital Principal em função de insuficiência do capital Complementar e de Nível II para cobrir deduções		
28	Total das deduções regulatórias ao Capital Principal	383.328.133	
29	Capital Principal	1.759.542.815	
Capital complementar: instrumentos			
30	Instrumentos Elegíveis ao Capital Complementar	49.817.657	
31	dos quais: classificados como capital social conforme as regras contábeis		
32	dos quais: classificados como passivo conforme as regras contábeis		
33	Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013		
34	Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Capital Complementar		
35	dos quais: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013		
36	Capital Complementar antes das deduções regulatórias	49.817.657	
Capital Complementar: deduções regulatórias			
37	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Complementar adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética		
38	Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Capital Complementar		
39	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos não significativos em Capital Complementar de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas		
40	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos significativos em Capital Complementar de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas		
41	Ajustes regulatórios nacionais		
41b	Participação de não controladores no Capital Complementar		
41c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Complementar para fins regulatórios		
42	Ajustes regulatórios aplicados ao Capital Complementar em função de insuficiência do Nível II para cobrir deduções		
43	Total de deduções regulatórias ao Capital Complementar		
44	Capital Complementar		
45	Nível I	1.809.360.472	
Nível II: instrumentos			
46	Instrumentos elegíveis ao Nível II	197.634.831	
47	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da Resolução nº 4.192, de 2013		
48	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias do conglomerado elegíveis ao seu Nível II		
49	dos quais: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013		
51	Nível II antes das deduções regulatórias	197.634.831	
Nível II: deduções regulatórias			
52	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Nível II, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética		
53	Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Nível II		
54	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos não significativos em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas		
55	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos significativos em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas		

Handwritten signatures and initials are present at the bottom right of the page, including a large signature and the initials 'CG'.



56	Ajustes regulatórios nacionais		
56b	Participação de não controladores no Nível II		
56c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Nível II para fins regulatórios		
57	Total de deduções regulatórias ao Nível II		
58	Nível II		
59	Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)	197.634.831	
60	Total de ativos ponderados pelo risco	2.006.995.303	
	Índices de Basileia e Adicional de Capital Principal	13.724.854.591	
61	Índices de Capital Principal (ICP)		
62	Índice de Nível I (INI)	12,82%	
63	Índice de Basileia (IB)	13,18%	
64	Percentual do adicional de Capital Principal (em relação ao RWA)	14,62%	
65	do qual: adicional para conservação de capital – ACPConservação	171.560.682	
66	do qual: adicional contracíclico – ACPContracíclico	171.560.682	
67	do qual: Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal – ACPSistêmico		
68	Capital Principal excedente ao montante utilizado para cumprimento dos requerimentos de capital, como proporção do RWA (%)	7,07%	
	Valores abaixo do limite de dedução antes da aplicação de fator de ponderação de risco		
72	Valor total, sujeito à ponderação de risco, das participações não significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, bem como dos investimentos não significativos em Capital Complementar, em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas		
73	Valor total, sujeito à ponderação de risco, das participações significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar		
75	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, não deduzidos do Capital Principal		
	Instrumentos autorizados a compor o PR antes da entrada em vigor da Resolução 4.192, de 2013 (aplicável entre 1º de outubro de 2013 e 1º de janeiro de 2022)		
82	Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013		
83	Valor excluído do Capital Complementar devido ao limite da linha 82		
84	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013		
85	Valor excluído do Nível II devido ao limite da linha 84		

Tabela 3 - CC1

2.7. Conciliação do Patrimônio de Referência PR com o Balanço Patrimonial – CC2

Conciliação do Patrimônio de Referência (PR) com o Balanço Patrimonial - (CC2)			
Em R\$ milhares	a	b	c
	Valores do balanço patrimonial no final do período	Valores considerados para fins da regulamentação prudencial no final do período	Referência no balanço do conglomerado
Balanço Patrimonial Consolidado			
ATIVOS			
Disponibilidades	25.374.422	25.448.421	
Instrumentos Financeiros	220.744	220.778	
Provisão Para Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito	23.501.817	23.502.953	
	- 524.599	- 512.971	



Outros Ativos	1.389.108	1.364.627	
Provisão para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	- 150	- 150	
Créditos Tributários	524.629	516.454	
<i>Créditos Tributários Decorrentes de Diferenças Temporárias</i>	109.577	101.402	
<i>Créditos Tributários de Prejuízo Fiscal e Relacionados à CSLL</i>	934	934	h
<i>Outros Créditos Tributários</i>	414.118	414.118	
Investimentos em Coligadas e Controladas	-	101.617	
Imobilizado de Uso	238.413	225.644	
Intangível	336.482	327.729	f
Depreciação e Amortização	- 312.022	- 298.260	
<i>Imobilizado</i>	- 158.981	- 151.308	
<i>Intangível</i>	- 153.041	- 146.952	g
PASSIVO	23.224.007	23.305.550	
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	20.597.256	20.713.724	
Outras Obrigações	1.515.211	1.481.070	
Passivo Atuarial	434.824	434.824	
Provisões	628.947	628.163	
Obrigações Fiscais Diferidas	47.769	47.769	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.977.936	1.977.936	
Capital	1.300.000	1.300.000	a
Reserva de Capital	-	-	d
Reservas de Lucros	881.913	881.913	b
Outros Resultados Abre- viantes	- 203.977	- 203.977	c
Participação de Não Con- troladores	172.479	164.935	e
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ADMINISTRADO PELA CONTROLADORA	2.150.415	2.142.871	
TOTAL	25.374.422	25.448.421	

Tabela 4 – CC2

2.8. Informações Quantitativas Sobre o Gerenciamento do Risco de Liquidez – LIQA

O risco de liquidez é representado pela possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como pela possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Assim, o controle desse risco é imprescindível para propiciar o cumprimento tempestivo e eficiente dos compromissos financeiros assumidos pelo Conglomerado BRB, sendo realizado por meio da gestão otimizada do fluxo de caixa, permitindo o dimensionamento e a conservação do montante necessário de ativos de alta liquidez para quitar as obrigações da Entidade, mesmo em períodos de adversidade.

a) Estrutura organizacional e responsáveis pelo gerenciamento do risco de liquidez, incluindo descrição do processo estruturado de comunicação interna, conforme estabelecido na Resolução nº 4.557, de 2017

O gerenciamento de risco de liquidez é executado, no BRB, de modo corporativo e permeia todas as camadas da governança da Instituição.

Os órgãos colegiados propõem o apetite ao risco da Instituição, definem as alçadas relacionadas ao controle de liquidez e acompanham os indicadores do risco de liquidez.

A Superintendência de Operações Financeiras realiza a gestão diária do caixa da Instituição, cumpre os limites estratégicos e operacionais estabelecidos, e reporta assuntos relacionados à gestão da liquidez ao Comitê Executivo de Gestão de Ativos e Passivos.

A comunicação interna sobre o risco de liquidez, tanto entre os setores quanto entre as diversas camadas da governança interna, é feita por meio de relatórios internos, que são submetidos à avaliação de órgãos colegiados executivos e estatutários e demais áreas de interesse, além da administração sênior da Organização.

b) Estratégias de captação de recursos, incluindo políticas relativas à diversificação das fontes e dos prazos de captação.

Visando à mitigação do risco de concentração, o Banco mantém uma estrutura de fontes de financiamento diversificada e estável, alinhada com seu apetite ao risco, e seguindo uma estratégia de captações pulverizadas, propiciada por uma rede diversificada de clientes, pessoas físicas e jurídicas.

Os processos relativos ao gerenciamento de risco de liquidez preveem a adoção das seguintes estratégias para captação de recursos:

- Manutenção de perfil de captação adequado ao risco de liquidez dos ativos e passivos da instituição, bem como de exposições não contabilizadas no seu balanço patrimonial; e
- Diversificação adequada das fontes de captação de recursos.

c) Estratégias de mitigação do risco de liquidez.

A apuração dos indicadores do risco de liquidez, bem como outras ações que compõem o conjunto de estratégias para controle desse risco, são realizadas por área independente dos setores de negócio. Tais estratégias consistem em identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e controlar o risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo, em condições normais ou de estresse, contemplando a avaliação diária das operações com prazos de liquidação inferiores a 90 (noventa) dias, além de assegurar a manutenção de estoque adequado de ativos líquidos que possam ser prontamente convertidos em caixa em situações de estresse garantindo o cumprimento eficiente das obrigações da Organização.

São exemplos de estratégias adotadas no BRB para a mitigação do risco de liquidez:

- Normatização dos procedimentos de gestão desse risco, a fim de garantir a padronização da execução das atividades e a retenção do conhecimento;
- Revisão periódica do modelo de cálculo do risco de liquidez, de modo a garantir uma adequada aderência dos indicadores;
- Adoção de limites gerenciais de liquidez, compatíveis com o apetite ao risco de liquidez da Entidade;
- Análise prévia de produtos e serviços que possam afetar a liquidez da Instituição;
- Diversificação de captações com relação a prazo e contraparte, facilitando a gestão do fluxo de caixa da Organização;
- Realização de testes de estresse relacionados ao risco de liquidez, com o intuito de capturar eventuais vulnerabilidades do BRB e possibilitar uma melhor preparação para o enfrentamento de situações adversas;
- Disseminação das melhores práticas relacionadas aos mitigadores existentes para risco de liquidez.

d) Descrição da utilização dos testes de estresse para fins do gerenciamento do risco de liquidez.

Os testes de estresse são instrumentos adotados pelo BRB para o gerenciamento do risco de liquidez incorrido pela Organização. Trata-se de ferramentas que compõem o Programa de Testes de Estresse da Instituição, o qual é coordenado pela área de riscos e tem como finalidade a avaliação prospectiva dos potenciais impactos de eventos severos e circunstâncias adversas na liquidez da Entidade.

São objetivos dos testes de estresse associados ao risco de liquidez:

- Verificar a suficiência do volume de ativos líquidos atualmente mantido pelo BRB;
- Simular o grau de deterioração dos indicadores de liquidez, para diferentes horizontes de tempo, em função de eventuais acontecimentos desfavoráveis;
- Checar a resiliência do Banco diante da possibilidade de ocorrência de eventos extremos (que podem ser macroeconômicos ou idiossincráticos);
- Antecipar a necessidade de adoção de eventuais medidas preventivas que busquem preservar a eficiência operacional e resguardar a perenidade da Organização;
- Subsidiar a proposição dos limites de controle dos indicadores de liquidez;
- Nortear a definição das estratégias de negócio assumidas pela Instituição; e
- Contribuir para a elaboração do Plano de Contingência de Liquidez (PCL), permitindo uma melhor preparação da Entidade para o enfrentamento de situações de crise de liquidez.

Os resultados do Programa de Testes de Estresse são submetidos, periodicamente, à avaliação da Alta Gestão, chegando até o Conselho de Administração.

e) Descrição resumida do plano de contingência de liquidez.

O Plano de Contingência de Liquidez (PCL) é um documento formal, aprovado pelo Conselho de Administração do BRB e revisado no mínimo anualmente, que tem como objetivo estabelecer responsabilidades e alçadas, bem como definir as medidas de contingência, estratégias e procedimentos que permitam o enfrentamento de situações de crise de liquidez, buscando uma rápida recomposição dos indicadores de liquidez para o cumprimento eficiente das necessidades de caixa da entidade.

O Plano de Contingência de Liquidez (PCL) da Organização abrange os seguintes tópicos:

- Propósito do documento;
- Conceitos correlatos ao gerenciamento do risco de liquidez;
- Critérios para acionamento do PCL, segregados por indicador de liquidez;
- Responsabilidades dos diversos agentes envolvidos no processo de recuperação da liquidez;
- Ações e medidas destinadas à recomposição dos níveis mínimos aceitáveis de liquidez;
- Critérios para desativação do PCL; e
- Abrangência e frequência de revisão do Plano.

f) Descrição das ferramentas, métricas e limites utilizados para o gerenciamento do risco de liquidez.

O risco de liquidez é monitorado sistematicamente e sua apuração diária é realizada conforme procedimentos aprovados pela Alta Administração. O processo de gestão desse risco prevê, dentre outras atividades, a adoção de limites mínimos de liquidez suficientes para a absorção de perdas em cenários adversos e a análise prévia de produtos e serviços que possam afetar a liquidez.

A mensuração do risco de liquidez é realizada por meio dos seguintes indicadores:

- ☐ Índice de Liquidez de Curto Prazo – ILCP, que corresponde à razão entre os ativos de liquidez imediata (ALI) e a reserva mínima de liquidez (RML), considerando as entradas e saídas de caixa estimadas, sob condições adversas, para os 21 dias úteis seguintes à data-base;
- ☐ Fluxo de Caixa Projetado Acumulado – FCPA, que representa graficamente os resultados líquidos diários acumulados de caixa, projetados para os 63 dias úteis subsequentes à data-base com base em premissas e parâmetros conservadores previamente definidos;
- ☐ Índice de Gap: consiste na divisão do prazo médio dos passivos pelo prazo médio dos ativos. Trata-se do indicador de liquidez de médio e longo prazos, pois considera também as operações com vencimentos superiores a 63 dias úteis.

A Instituição executa, periodicamente, testes de estresse relacionados ao risco de liquidez, com o intuito de identificar eventuais vulnerabilidades que possam comprometer a capacidade de cumprimento das obrigações assumidas, e simulações de movimentações financeiras relevantes para estimar seu impacto sobre o fluxo de caixa da Entidade.

Os testes de aderência (*backtesting*) dos modelos de mensuração do risco de liquidez também são realizados de maneira periódica a fim de verificar a acurácia dos cálculos gerados e de checar a adequabilidade das premissas consideradas.

Adicionalmente, para o cumprimento da Carta Circular BCB nº 3.775/2016, é enviado mensalmente ao Banco Central do Brasil o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) – Modelo II, do qual consiste numa proxy para o indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR).

2.9. Informações Qualitativas Sobre o Gerenciamento do Risco de Crédito – CRA

a) A forma, como o modelo de negócios é refletido no perfil de risco de crédito e instituição.

No âmbito do Conglomerado BRB o risco de crédito é representado pela possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

A Declaração de Apetite a Riscos – RAS é o instrumento que contempla o conjunto de limites, valores de referência, intervalos e direcionadores qualitativos que expressam o apetite e a tolerância a riscos aplicável a todo o Conglomerado BRB. Por meio desta Declaração, o Conglomerado BRB reforça a disseminação da cultura de gestão de riscos e de capital, possibilitando a todos os seus colaboradores o conhecimento dos principais aspectos do apetite e da tolerância a riscos.

b) Critérios utilizados no estabelecimento da política e dos limites internos associados ao risco de crédito.

Os limites internos associados ao risco de crédito são estabelecidos pela RAS e estruturados de forma a observar as classificações de risco dos clientes. São atribuídos para os clientes pessoas físicas e pessoas

jurídicas de varejo uma classificação de crédito com base em modelos estatísticos. Para os clientes de atacado há uma análise econômico-financeira pormenorizada que visa, a partir de alçadas bem definidas, classificar os clientes com base em sua saúde financeira.

O BRB revisa sua Política de Crédito anualmente alinhando à prática de mercado, ao Planejamento Estratégico da Instituição e aos critérios estabelecidos na RAS. São definidos critérios impeditivos à concessão de crédito, levando-se em consideração critérios econômicos, sociais, ambientais e de riscos. A norma considera aspectos de todo o processo de crédito, inclusive com macro estratégias relacionadas ao processo de cobrança e recuperação de créditos.

O risco de concentração de crédito também é mensurado e monitorado.

c) Organização da estrutura do gerenciamento do risco de crédito.

O BRB possui uma estrutura de gestão e controle do risco de crédito que visa manter a qualidade da carteira de crédito aderente ao apetite a risco da instituição em cada uma das linhas de crédito em que opera. Há um processo sistêmico e independente de gerenciamento do risco de crédito, abrangendo todo o conglomerado e aplicado durante todo o ciclo do crédito. O processo envolve áreas distintas, com atribuições específicas, e com o objetivo de garantir uma estrutura robusta e eficiente de gestão e controle, sempre observando o planejamento estratégico adotado pela instituição.

Para garantir maior governança, o BRB possui um sistema de alçadas bem estruturado na concessão de operações de crédito e renegociações.

d) Relação entre a estrutura de gerenciamento do risco de crédito, a política de conformidade e a atividade de auditoria interna.

Toda a estrutura de gestão do risco de crédito e dos controles necessários à sua mitigação são realizadas em três linhas de defesa, conforme estrutura estabelecida internamente.

e) Escopo e principais tópicos de gerenciamento do risco de crédito incluídos nos relatórios gerenciais para o conselho de administração, o comitê de riscos e a diretoria da instituição.

Os relatórios gerenciais oferecem suporte às instâncias competentes no processo de tomada de decisão sobre o risco de crédito. As exposições são monitoradas e controladas periodicamente por meio do acompanhamento do consumo dos limites presentes na RAS, das evoluções e volumes das carteiras de crédito, dos ativos problemáticos, dos níveis de provisionamento, da inadimplência, pré-inadimplência, do índice de cobertura e dos índices de concentração por grupo econômico ou por cliente individual, grupo familiar, por partes relacionadas e por setor de atividade econômica. As análises são segregadas por tipo de pessoa e cliente, por porte, por segmentos de negócios, por produtos e por setores de atividades econômicas.

O monitoramento da carteira de crédito e das políticas e estratégias adotadas é contínuo de forma a garantir a qualidade creditícia das operações e a conformidade com as normas e a legislação em vigor.

O BRB também mensura e acompanha o risco de crédito das aplicações do Conglomerado em Títulos e Valores Mobiliários - TVM, cujo reporte é direcionado às instâncias competentes.

2.10. Qualidade Creditícia das Exposições - CR1

Qualidade creditícia das exposições - (CR1)					dez-20
Em R\$ milhões					
		Valor Bruto			
		Exposições caracterizadas como operações em curso anormal	Em curso normal	Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar	Valor líquido
		a	b	c	a+b-c
1	Concessão de crédito	271	16.002	491	15.782
2	Títulos de dívida	-	9.445	5	9.439
2a	dos quais: títulos soberanos nacionais	-	9.145	-	9.145
2b	dos quais: outros títulos	-	299	5	294
3	Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	-	2.311	-	2.311
4	Total	271	27.759	496	27.534

Tabela 5 – CR1

2.11. Mudanças no Estoque de Operações em Curso Anormal – CR2

Mudanças no estoque de operações em curso anormal - (CR2)		dez-20
Em R\$ milhões		
		Saldo
1	Valor das operações em curso anormal no final do período anterior (31/12/2019)	218,1
2	Valor das operações que passaram a ser classificadas como em curso anormal no período corrente	182,8
3	Valor das operações reclassificadas para curso normal	(37,4)
4	Valor da baixa contábil por prejuízo	(91,1)
5	Outros ajustes	(0,8)
6	Valor das operações em curso anormal no final do período corrente (1+2+3+4+5)	271,6

Tabela 6 – CR2

2.12. Informações Adicionais Sobre a Qualidade Creditícia das Exposições – CRB

Total Exposições por setor econômico		dez-20	
Em milhões		Total das Exposições	
Seção CNAE		Valor Bruto	Valor Líquido
CONSTRUÇÃO		531	436
COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS		255	242
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES		153	174
TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO		123	116
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL		83	83
ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO		78	78
SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS		72	72
ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO		71	69
ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVIÇOS RELACIONADOS		67	66
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO		64	59
ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS		58	55
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO		57	22
EDUCAÇÃO		42	41
AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA		36	28
ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS		26	25
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS		25	25
ELETRICIDADE E GÁS		25	25



(Não Informado)	19	19
ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO	3	3
SERVIÇOS DOMÉSTICOS	0	0
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	0	0
Pessoa Física	14.467	14.147
Total:	16.274	15.783

Tabela 7 -- CRB Seção CNAE

Total Exposições por prazo remanescente de vencimento		
em milhões		
Prazo Remanescente	Total das Exposições	
	Valor Bruto	Valor Líquido
ATÉ 6 MESES	1.035	969
DE 6 MESES A 1 ANO	984	965
DE 1 A 5 ANOS	4.743	4.515
ACIMA DE 5 ANOS	9.510	9.332
Total:	16.274	15.782

Tabela 8 -- CRB Prazo Remanescente

Total das Exposições em atraso por faixa de atraso	
em milhões	
Faixa de Atraso	Total das Exposições
	Valor Bruto
Menor que 30 dias	15.849.612
Entre 31 e 90 dias	153.104
Entre 91 e 180 dias	100.214
Entre 181 e 365 dias	144.326
Maior que 365 dias	27.258
Total:	16.274.516

Tabela 9 -- CRB Faixa de Atraso

Total das Exposições por Região		
em milhões		
Região	Total das Exposições	
	Valor Bruto	Valor Líquido
Sudeste	186	176
Centro Oeste	16.008	15.607
Sul	0	0
Norte	0	0
Nordeste	0	0
Total:	16.274	15.783

Tabela 10 -- CRB Região

Total das Exposições por País		
em milhões		
País	Total das Exposições	
	Valor Bruto	Valor Líquido
Brasil	16.274	15.783
Total:	16.274	15.783

Tabela 11 -- CRB País

Maiores Exposições		
em milhões		
Maiores Exposições	Valor Exposição	% da Carteira
10 Maiores	410	2,52%
100 Maiores	1.121	6,89%

Tabela 12 -- CRB Maiores Exposições

Total Exposições Reestruturadas		dez-20
em milhões		Total das Exposições
		Valor Bruto
Curso Anormal		
Demais Exposições		25.911.344
Total:		85.103.400
		111.014.744

Tabela 13 – CRB Exposições Reestruturadas

2.13. Informações Qualitativas Sobre o Gerenciamento do Risco de Crédito de Contraparte – CCRA

a) O método utilizado para estabelecer os limites internos para fins do gerenciamento das exposições sujeitas ao risco de crédito de contraparte.

O risco de crédito de contraparte (RCC) representa a perda financeira potencial em razão do não cumprimento das obrigações assumidas por determinada contraparte relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo a liquidação de instrumentos financeiros derivativos ou pela deterioração da qualidade creditícia do mesmo. O processo de gerenciamento do risco de crédito de contraparte ocorre de forma sistemática e independente, abrangendo todo o Conglomerado BRB. Este processo envolve áreas correlatas responsáveis pela análise de crédito, com atribuições específicas, seguindo a mesma esteira de aprovação da análise utilizada em outras modalidades, sempre respeitando os limites estabelecidos na RAS e visando o objetivo de garantir uma estrutura eficiente de gestão e controle.

De forma profilática, a Gestão da Tesouraria do BRB segue os principais modelos de mitigação de risco de crédito de contraparte. Ferramentas como avaliação de Notas de *Rating* nacionais e internacionais dos emissores e dos papéis negociados, bem como avaliação do risco de imagem e modelos de cálculo da exposição desses riscos são sistematicamente utilizadas para coibir erros de avaliação e corroboram para melhor avaliação dos ativos disponíveis no mercado.

b) Políticas de avaliação do risco de crédito de contraparte, considerando garantias e outros instrumentos de mitigação.

Considerando os modelos e formas de mitigação do risco de crédito de contraparte, a que a Instituição está exposta, é realizado o acompanhamento da evolução das exposições ao risco de crédito. Em complemento, nas operações realizadas junto a Câmara de Compensação e Liquidação (*Clearings*), há transferência de risco, sendo que o valor das operações incide no limite de crédito da Câmara. Além disso, para as operações que estão sujeitas ao RCC, o BRB considera esse risco como parâmetro para ajuste no valor dos ativos expostos que são marcados a mercado - MaM.

Para exposições sujeitas ao RCC, nem sempre é possível alcançar garantias para cobertura total ou parcial na realização dos negócios. No entanto, adota-se a regra de operar apenas com instituições ou papéis que possuem rating de classificação em nível de investimentos, que refletem na precificação do papel. Destaca-se que, no BRB, o valor das exposições referentes ao risco de contraparte não é significativo quando comparado às demais exposições, uma vez que a maior parte é realizada com o Tesouro Nacional, Sistema de Liquidação e Câmaras e Instituições Financeiras, sendo ainda, lastreadas por títulos públicos.

c) O impacto no montante de colaterais que a instituição seria obrigada a empenhar no caso de rebaixamento da sua classificação de crédito.

Atualmente, o BRB não tem impacto no montante de colaterais a serem empenhados no caso de rebaixamento da sua classificação de crédito.

2.14. Informações Qualitativas Sobre o Gerenciamento de Risco de Mercado – MRA

O risco de mercado é representado pela possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição. Essa definição inclui o risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação, e o risco da variação cambial ou dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

a) Estratégias e processos utilizados no gerenciamento do risco de mercado.

O risco de mercado incorrido pelo Conglomerado BRB é identificado, mensurado, avaliado, monitorado, reportado e controlado por unidade específica da Instituição, independente das áreas de negócio. Todas as posições sujeitas a este risco estão alinhadas às diretrizes estabelecidas pela Alta Administração e são mapeadas e avaliadas, diariamente, em um processo aprovado pela estrutura de governança.

São exemplos de estratégias e ferramentas adotadas no BRB para o gerenciamento do risco de mercado:

- Normatização dos procedimentos de gestão desse risco, a fim de garantir a padronização da execução das atividades e a retenção do conhecimento;
- Divulgação diária de relatórios gerenciais com os resultados dos indicadores do risco de mercado, para monitoramento das exposições;
- Adoção de limites gerenciais, compatíveis com o apetite ao risco de mercado da Entidade;
- Análise prévia de propostas de criação ou reformulação de produtos e serviços que possam gerar perdas à Instituição em função da flutuação de preços, taxas e índices;
- Reavaliação periódica do modelo de mensuração do risco de mercado, por meio da aplicação de testes de aderência (*backtesting*), de modo a verificar a acurácia dos cálculos gerados e de checar a adequabilidade das premissas consideradas;
- Execução de análises de sensibilidade, para avaliação dos efeitos provocados por variações no patamar dos fatores de risco de mercado sobre o valor das exposições detidas pela Instituição;
- Realização de testes de estresse relacionados ao risco de mercado, com o intuito de capturar eventuais vulnerabilidades do BRB e de possibilitar a adoção tempestiva de ações preventivas destinadas à proteção da Instituição. O teste de estresse consiste numa técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos e passivos da carteira quando fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos ou históricos);
- Disseminação das melhores práticas relacionadas aos mitigadores existentes para risco de mercado.

Dentre as métricas utilizadas para o gerenciamento do risco de mercado, destaca-se o cálculo do Valor em Risco (VaR). O modelo VaR representa, sob condições normais de mercado, a perda potencial máxima esperada para a carteira da Instituição com base em certo grau de confiança e dentro de determinado horizonte de tempo. Para a apuração do VaR, é adotada a abordagem paramétrica, com 99% de confiança e *holding period* compatível com o número de dias úteis necessários para se desfazer das exposições existentes.

A Política de Gerenciamento Integrado de Riscos e de Capital, que é aprovada pelo Conselho de Administração e revisada no mínimo anualmente, encontra-se aderente à Resolução CMN nº 4.557/2017 e fornece as principais diretrizes de atuação para aceitação, controle e gerenciamento do risco de mercado. Além desta Política, a Organização dispõe de normas específicas para regulamentar o processo de gerenciamento desse risco.

b) Estrutura responsável pela implementação das estratégias e processos empregados no gerenciamento do risco de mercado, incluindo os mecanismos de comunicação interna utilizados.

A estrutura de gestão do risco de mercado é compatível com o porte do Banco, natureza dos negócios, complexidade dos produtos, serviços, atividades e processos, proporcionais à dimensão e a relevância da exposição, integrada aos demais riscos incorridos pela Instituição.

O processo de gerenciamento do risco de mercado é realizado de maneira corporativa, abrangendo desde unidades de negócios até o Conselho de Administração. Este processo envolve diversas áreas, com atribuições específicas, garantindo uma estrutura eficiente, sendo que a mensuração e controle do risco de mercado são realizados de maneira centralizada e independente.

A governança corporativa da Entidade, pautada nas melhores práticas, gerencia o risco de mercado por meio de decisões colegiadas, amparadas em comitês executivos e estatutários específicos, que contam com a participação de membros da Alta Administração. Esses órgãos colegiados acompanham as exposições existentes, avaliam os resultados das métricas adotadas, monitoram o cumprimento dos limites estabelecidos e propõem o apetite ao risco de mercado da Instituição.

A superintendência de operações financeiras realiza a gestão dos instrumentos financeiros disponíveis na tesouraria da Instituição, cumpre os limites estratégicos e operacionais estabelecidos, e reporta assuntos relacionados à gestão do risco de mercado ao Comitê Executivo de Gestão de Ativos e Passivos.

A comunicação interna sobre o risco de mercado, tanto entre os setores quanto entre as diversas camadas da governança interna, é feita por meio de relatórios internos, que são submetidos à avaliação de órgãos colegiados executivos e estatutários e demais áreas de interesse, além da administração sênior da Organização.

Os relatórios são elaborados periodicamente e possuem informações gerenciais qualitativas e quantitativas sobre o risco de mercado, tais como: indicadores apurados e projetados, adequação aos limites internos fixados na RAS e resultados de testes de estresse.

As decisões relacionadas à gestão de risco de mercado são comunicadas às áreas intervenientes por meio de documentos que expressam objetivamente o posicionamento tomado pela Administração, garantindo a sua aplicação em todos os níveis do Banco.

c) Principais características dos sistemas de informação e de mensuração dos riscos.

O BRB utiliza sistema externo para a geração dos cálculos do risco de mercado, o qual possui as seguintes características principais:

- Controle de acesso;
- Manutenção contínua e evolutiva;
- Aderência às normas vigentes;
- Alta disponibilidade dos serviços.

Por meio de tal sistema informatizado, a Instituição realiza suas atividades relacionadas ao gerenciamento do risco de mercado.

2.15. Abordagem padronizada – fatores de risco associados ao Risco de Mercado – MR1

Em 31/12/2020, houve uma diminuição de 47,10% na parcela RWA_{MPAD} , quando comparado a 30/09/2020, devido principalmente à redução da componente RWA_{CAM} que, por sua vez, foi impactada pelo encolhimento das exposições do Banco em moedas estrangeiras.

Ressalta-se que, ao longo do 4º trimestre de 2020, o Conglomerado BRB não teve exposições da carteira de negociação sujeitas à variação de taxas de juros. Por este motivo, em dez/2020, os valores das componentes RWA_{JUR1} , RWA_{JUR2} , RWA_{JUR3} e RWA_{JUR4} foram iguais a zero.

Abordagem padronizada - fatores de risco associados ao risco de mercado - (MR1)		a
em milhões		dez-20
Fatores de Risco		RWA_{MPAD}
1	Taxas de juros	-
1a	Taxas de juros prefixada denominadas em Real (RWA_{JUR1})	-
1b	Taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWA_{JUR2})	-
1c	Taxas dos cupons de índices de preço (RWA_{JUR3})	-
1d	Taxas dos cupons de taxas de juros (RWA_{JUR4})	-
2	Preços de ações (RWA_{ACS})	-
3	Taxas de câmbio (RWA_{CAM})	13,4
4	Preços de mercadorias (commodities) (RWA_{COM})	1,1
9	Total	14,5

Tabela 14 – MR1

2.16. Objetivos e Políticas para o Gerenciamento de IRRBB – IRRBBA

a) Descrição de como a instituição define o IRRBB para fins de controle e mensuração de riscos.

O IRRBB (“*interest rate risk in the banking book*” ou “risco de variação das taxas de juros para instrumentos classificados na carteira bancária”) é definido como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e no resultado da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Ou seja, o IRRBB representa a possibilidade de a carteira bancária da instituição ser impactada negativamente, sob a ótica de valor econômico ou de resultado de intermediação financeira, em função de eventuais variações desfavoráveis das taxas de juros.

Considerando que parte significativa das posições detidas pelo Conglomerado BRB é sujeita ao IRRBB, então o adequado gerenciamento desse risco gera melhores condições para o atingimento dos objetivos institucionais do BRB e aumenta a previsibilidade dos resultados da Entidade.

b) Descrição das políticas e estratégias para o gerenciamento e a mitigação do IRRBB. Exemplos incluem: monitoramento do valor econômico (EVE) e do resultado de intermediação financeira (NII) em relação aos limites estabelecidos, práticas de hedge, realização e testes de estresse, análise de resultados, papel da auditoria independente, papel e práticas da unidade de gerenciamento de ativos e passivos, práticas da instituição para assegurar validação adequada de modelos, e atualizações tempestivas em resposta a mudanças nas condições de mercado.

O BRB realiza, diariamente, o gerenciamento do IRRBB através de procedimentos e ferramentas estabelecidos e documentados internamente.

O IRRBB é identificado, mensurado, avaliado, monitorado, reportado e controlado por unidade específica da Instituição, independente das áreas de negócio. Todas as posições sujeitas a este risco são mapeadas e avaliadas, diariamente, em um processo aprovado pela estrutura de governança.

São exemplos de estratégias e ferramentas adotadas no BRB para o gerenciamento do IRRBB:

- Normatização dos procedimentos de gestão desse risco, a fim de garantir a padronização da execução das atividades e a retenção do conhecimento;
- Divulgação diária de relatórios gerenciais com os resultados dos indicadores do IRRBB, para monitoramento das exposições;
- Adoção de limites gerenciais para a margem sobre o PR considerando a Parcela FBAN e o ACP, compatíveis com o apetite da Entidade ao IRRBB;
- Análise prévia de propostas de criação ou reformulação de produtos e serviços que possam gerar perdas à carteira bancária da Instituição em função da flutuação de taxas de juros;
- Reavaliação periódica de premissas assumidas no modelo de mensuração do IRRBB, por meio da aplicação de testes de aderência (*backtesting*), de modo a verificar a acurácia dos cálculos gerados e de checar a adequabilidade dos parâmetros considerados;
- Execução de análises de sensibilidade, para avaliação dos efeitos provocados por eventuais mudanças na composição da carteira bancária da Instituição sobre os resultados apurados de IRRBB;
- Realização de testes de estresse relacionados ao IRRBB, com o intuito de capturar eventuais vulnerabilidades do BRB e de possibilitar a adoção tempestiva de ações preventivas destinadas à proteção da Instituição. O teste de estresse consiste numa avaliação prospectiva do efeito que determinadas alterações extremas da carteira bancária causam sobre o valor presente ou sobre o resultado associado aos instrumentos financeiros sujeitos ao IRRBB;
- Disseminação das melhores práticas relacionadas aos mitigadores existentes para o IRRBB.

A parcela de capital para cobertura do IRRBB (denominada RBAN) é compatível com a dimensão das exposições sujeitas ao IRRBB porque seu montante é apurado a partir dos valores das métricas padronizadas ΔEVE e ΔNII , cujos cálculos abrangem todas as exposições sensíveis ao IRRBB.

Adicionalmente, a Parcela RBAN também é compatível com a Declaração de Apetite por Riscos (RAS) do Conglomerado BRB, haja vista que seu valor é utilizado na mensuração da "Margem sobre o PR considerando o IRRBB e o ACP", para a qual existem níveis mínimos de apetite dispostos na RAS que são monitorados de forma contínua pela Entidade.

c) Periodicidade de cálculo das medidas de IRRBB e descrição das métricas específicas utilizadas para apurar a sensibilidade da instituição ao IRRBB.

O IRRBB incorrido pelo Conglomerado BRB é calculado diariamente por meio das métricas padronizadas ΔEVE e ΔNII , as quais são descritas na Circular BCB nº 3.876/2018.

O ΔEVE consiste na diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros;

Já o ΔNII é definido como a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

Cabe destacar que os valores apurados para o ΔEVE não representam impacto imediato ao patrimônio líquido, enquanto que o ΔNII indica potencial volatilidade dos resultados projetados considerando as premissas dos modelos.

d) Descrição dos cenários de choque e de estresse de taxas de juros utilizados para estimar variações no valor econômico (ΔEVE) e no resultado de intermediação financeira (ΔNII) da instituição.

Os cenários de choques utilizados para o cálculo do ΔEVE e do ΔNII são os de aumento das taxas de juros de curto prazo e de longo prazo (denominado paralelo de alta) e de redução das taxas de juros de curto prazo e de longo prazo (denominado paralelo de baixa).

A magnitude dos choques paralelos de alta e de baixa associados às taxas de juros prefixadas (ou pós-fixadas) referenciadas em reais é de 400 pontos-base, onde 1 ponto-base representa o centésimo de 1% (um por cento).

Já para os instrumentos com exposição simultânea a fatores de risco pós-fixados e a taxas de cupons prefixadas, os valores dos choques paralelos referentes às taxas de cupons são calculados com base no pior caso entre o 1º e o 99º percentis de uma distribuição histórica de variações anuais (*holding period* de 1 ano) nas taxas do cupom, para o vértice de 252 dias úteis e considerando um período de observação de 5 anos.

e) Descrição e implicações direcionais das premissas relevantes utilizadas no sistema de mensuração do IRRBB, caso sejam diferentes das premissas de modelagem exigidas para fins de divulgação das métricas da Tabela IRRBB1. A instituição deve explicar a fundamentação da escolha de tais premissas, como, por exemplo, com base em dados históricos, pesquisa acadêmica, julgamento e análises da administração.

Como o BRB utiliza a abordagem padronizada descrita na Circular BCB nº 3.876/2018 para a mensuração do IRRBB, então não são adotadas premissas diferentes daquelas exigidas no modelo padrão.

f) Descrição, em termos gerais, de como a instituição faz hedge de suas exposições ao IRRBB, bem como o tratamento contábil de tais operações.

O Conglomerado BRB ainda não realiza operações específicas de *hedge* para suas exposições sujeitas ao IRRBB.

Entretanto, a Instituição adota outras ações para diminuir o risco de base (diferença de indexadores entre ativos e passivos) e o risco de gap (diferença de prazos médios entre ativos e passivos), cujo tratamento contábil é feito de forma aderente às normas contábeis vigentes.

g) Descrição, em termos gerais, das premissas mais relevantes para modelagem e para a parametrização, no cálculo do ΔEVE e do ΔNII , de que trata a Circular nº 3.876, de 31 de janeiro de 2018, divulgados na Tabela IRRBB1, incluindo:

- Para o ΔEVE , se as margens comerciais e outros componentes de *spread* foram incluídos nos fluxos de reapreçamento ou considerados nas taxas de desconto utilizadas;
- Como foi determinado o prazo médio de reapreçamento na linha 1, incluindo quaisquer características peculiares de produtos que afetem a avaliação do comportamento de reapreçamento;
- A metodologia utilizada para estimar as taxas de pré-pagamento de operações de crédito, as taxas de resgate antecipado de depósitos a prazo, e outras premissas consideradas relevantes;
- Quaisquer outras premissas que tenham impacto relevante sobre os valores de ΔEVE e do ΔNII reportados na Tabela IRRBB1, incluindo explicações de por que tais premissas são relevantes; e
- Quaisquer métodos de agregação de fatores de risco a estrutura de correlações entre curvas de juros utilizada.

As margens comerciais e outros componentes de *spread* foram incluídos no cálculo do ΔEVE e do ΔNII .

De maneira geral, as operações sujeitas às opcionalidades comportamentais abrangem os depósitos sem vencimento contratual definido (e que possibilitam saques a qualquer momento), as captações que permitem resgates antecipados (mesmo tendo vencimentos contratuais preestabelecidos) e produtos de crédito sujeitos a pré-pagamento.

Os modelos para apuração das taxas de resgate antecipado em captações (com ou sem vencimento definido) e das taxas de pré-pagamento em operações de crédito foram baseados em estudos estatísticos considerando comportamentos e evoluções históricos e safras de cada produto.

Para estimar a taxa de resgate antecipado para os produtos de captação sujeitos a essa opcionalidade comportamental, foram feitos estudos para verificação dos seus comportamentos históricos, bem como a possibilidade de manutenção dos mesmos. Através destes estudos, foram definidos o montante estável (parcela *core*) assim como o critério de alocação ao longo do tempo. A estimativa adota a premissa de que o volume de resgates antecipados ocorrerá em escala similar àquela observada na série histórica.

Em relação às taxas de pré-pagamento em operações de crédito do Conglomerado BRB, verificou-se por meio de estudo específico, com base no comportamento histórico de safras de produtos de crédito com características similares, que não é relevante essa opcionalidade comportamental para a Instituição.

Não são adotados pelo Banco quaisquer métodos de agregação de fatores de risco à estrutura de correlações entre curvas de juros utilizada.

Premissa de prazo médio de reapreçamento atribuída aos depósitos sem vencimento contratual definido:

■ 1086 dias úteis.

Premissa de prazo máximo de reapreçamento atribuída aos depósitos sem vencimento contratual definido.

■ 1260 dias úteis.

2.17. Informações Qualitativas Sobre o IRRBB – IRRBB1

Informações Qualitativas Sobre o IRRBB – IRRBB1				
Valores em R\$				
Data Base	ΔEVE		ΔNII	
	T	T-1	T	T-1
Cenário Paralelo de Alta	527.237.246	58.749.288	440.117.860	354.516.879
Cenário Paralelo de Baixa				
Cenário de aumento das taxas de juros de curto prazo				
Cenário de redução das taxas de juros de curto prazo				
Cenário <i>steepener</i>				
Cenário <i>flattener</i>				
Varição máxima	527.237.246	58.749.288	440.117.860	354.516.879
Data Base				
Nível I do Patrimônio de Referência (PR)	T 1.809.360.472		T-1 1.494.555.431	

Comentários: As variações significativas do Delta EVE e do Delta NII ocorridas em dezembro/2020, quando comparadas com dezembro/2019, são justificadas pelo crescimento expressivo da carteira de crédito do Conglomerado BRB (concentrado em operações com taxas prefixadas e indexadas a cupom de TR) e pela ampliação do estoque de captações pós-fixadas em CDI e SELIC. Esses eventos acarretaram o aumento do risco de base (diferença de indexadores entre ativos e passivos da Instituição) e, conseqüentemente, a elevação do IRRBB apurado tanto por Delta EVE quanto por Delta NII.

Tabela 15 – IRRBB1

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA 7.2.3

a) cópia da carta patente emitida pelo banco Central do Brasil comprobatória de que se encontra regularmente em atividade, conforme legislação específica.

04 - Carta Patente - 12-07-66

OK

04 - Certidão Banco Central comprobatório de regularidade de atividade

OK

J B
L Ch